

LIVRO DIDÁTICO: UMA ABORADAGEM HISTÓRICA E REFLEXÕES A RESPEITO DE SEU USO EM SALA DE AULA*

*Edeilson Matias de Azevedo*¹

Resumo:

A centralidade do livro didático no processo de ensino e aprendizagem exige análises que se proponham discutir aspectos importantes nas obras didáticas utilizadas pelos milhares de estudantes das escolas públicas brasileiras. Refletindo a respeito da análise de livro didático, proponho ao professor que atua, ou que pretende atuar no ensino de 1ª a 4ª série, algumas reflexões que podem ser consideradas como referenciais para a análise dos conteúdos dos livros didáticos.

Palavras-chave: Livro Didático, Ensino, Pontos Analíticos de Referência.

Abstract:

The importance of the didactic book in the process of teaching and learning demands analyses that aim at discussing relevant aspects of didactic books used by the majority of students all over Brazil's public schools. Thinking about the didactic book analysis, I suggest the teacher who currently works or intends to work in the teaching process, particularly in the Elementary School, some reflections that could be taken as references for the analysis of didactic book contents.

Key words: Didactic Book, Teaching, Analytical Points of Reference.

A importância do livro didático como principal instrumento pedagógico no processo de ensino e aprendizagem foi se solidificando ao longo dos anos, por causa de diversas circunstâncias históricas. As políticas públicas que focalizaram o livro didático como uma

* Este artigo foi escrito tendo como referência a pesquisa que desenvolvi acerca da temática da Inconfidência Mineira em sete livros didáticos de 5ª a 8ª série – PNDL/2002 (Plano Nacional do Livro Didático) entre agosto/2002 e julho/2003. A pesquisa foi financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), cuja orientação foi da Profª Drª Christina da Silva Roquette Lopreato, docente do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. **Contato:** edeilsonmatias@yahoo.com.br

preocupação de Estado vêm sendo elaboradas desde 1938, ano em que foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD. O objetivo desse programa era “... examinar e julgar os livros didático [utilizados na época], indicar livros de valor para a tradução² e sugerir abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos não existentes no país.”³

No que concerne ao livro didático, é importante ressaltar que em cada momento da nossa história foram formulados programas que atendessem necessidades específicas. No período varguista, a preocupação relativa ao livro didático era fomentar a produção para atender e suprir a carência existente no país. (Não existia material didático suficiente para ser distribuído aos alunos das escolas públicas da época). Dentro desse objetivo maior, Getúlio Vargas fez uso do livro didático de história como instrumento de transmissão do sentimento nacional⁴.

Durante a ditadura militar brasileira uma nova política para o livro didático e para a educação de forma geral foi adotada. Foram feitos vários acordos – os acordos MEC/USAID⁵ – entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. “Pode-se afirmar que, com essa política, houve um retrocesso, pois os assessores dessa agência interferiam diretamente nos programas formulados para o livro

² Nesse período, década de 30 do século XX, os livros de história geral, isto é, de história mundial, eram importados da França para tradução no Brasil.

³ COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. O histórico do livro didático no Brasil. In: **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. p. 13.

⁴ Durante a vigência do período getulista, constata-se a preocupação com a construção de uma identidade nacional para o país. Essa preocupação já vinha desde meados do século XIX, sendo fortemente intensificada durante a vigência do Estado Novo. Vargas utilizou fartamente o ensino de História para a formação de um sentimento nacional. Segundo Kátia Abud, Getúlio, “nas Instruções Metodológicas, que acompanhavam os Programas e orientavam os professores para o exercício de sua prática pedagógica, destacava-se a importância da História como um instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. Esse fato fica bastante evidenciado nos livros didáticos publicados de acordo com os programas oficiais, sobretudo nos capítulos que tratavam especificamente da formação do sentimento nacional brasileiro.” ABUD, Kátia. **Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária**. In: **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 32. (Coleção Repensando o Ensino).

⁵ O primeiro acordo foi assinado em 31/03/1965 entre a USAID e o Ministério da Educação do Brasil. A partir de sua efetivação, foi criada uma Equipe de Planejamento de Ensino Médio – EPEM, constituída paritariamente entre brasileiros e estadunidenses. Desse acordo surgiram outros, cujo objetivo maior fora “modernizar” o ensino brasileiro, “oferecendo”, para isso, treinamento aos técnicos brasileiros em educação. A modernização baseou-se “... não nos padrões mais desenvolvidos do ensino norte-americano [...], [mas utilizando] como parâmetro [o ensino praticado nas] comunidades de baixa renda” dos próprios Estados Unidos, ou seja, um sistema de ensino de qualidade não muito elogiável. ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. p. 121.

didático brasileiro.”⁶ Por meio desses acordos, foram produzidos centenas de milhares de materiais literalmente descartáveis. A utilização das obras didáticas produzidas pelos acordos MEC/USAID era de apenas um ano. Com o fim desses acordos, a política do livro didático ficou sob a responsabilidade da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, criada em 1983. A política adotada por esse órgão se restringia basicamente à compra e distribuição do livro didático, sem, contudo, haver a preocupação de analisar a qualidade do material que era distribuído aos alunos dos estabelecimentos de escolas públicas do nosso país.

A centralidade do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, o volume de livros didáticos distribuídos anualmente pelo Governo Federal, por meio da FAE, e a falta de uma política destinada à avaliação desses materiais pedagógicos levaram o Ministério da Educação a iniciar, em 1996, um processo avaliativo das obras didáticas utilizadas pelos discentes das escolas públicas brasileiras. Foi reunido, para essa finalidade, um conjunto de profissionais da educação das várias áreas do conhecimento. O resultado da análise foi, até certo ponto, assustador. Foram detectados livros didáticos de baixo valor pedagógico: muitas obras, por conterem erros conceituais e de outras naturezas, foram consideradas em certos aspectos inapropriadas para o ensino.

Num primeiro momento, o conteúdo de 1.167 livros didáticos de 1ª a 4ª séries foi submetido a uma avaliação. Desse total, 347 foram considerados pelas equipes de avaliadores impróprios para o aprendizado dos estudantes. Dos 820 livros restantes, somente 105⁷ foram considerados pedagogicamente apropriados para serem adotados nas escolas públicas brasileiras.

Após esse primeiro diagnóstico da situação dos livros didáticos no Brasil, o Ministério da Educação partiu para a avaliação de obras didáticas no intuito de produzir um instrumento que orientasse os professores na escolha dos livros didáticos a serem adotados, para que os livros considerados adequados para o processo de ensino e aprendizagem fossem indicados. Tal instrumento permitia ao professor escolher os livros didáticos que

⁶ AZEVEDO, Edeilson Matias de. **Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª Séries**. 2003. f. 17. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG.

⁷ Esses dados foram obtidos em: BOMBA Pedagógica. **Isto É**, São Paulo, n. 1396, p. 42, jul. 1996.

melhor se adequassem à sua realidade. Esse importante instrumento é o Guia de Livros Didáticos.

Para a elaboração do Guia de Livros Didáticos, diversas obras didáticas foram inscritas no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD para serem avaliadas pelas equipes técnicas, também pedagógicas, de avaliadoras/pareceristas contratadas pelo MEC. Tanto no PNLD/1997 quanto no PNLD/1998, apenas os livros didáticos de 1ª a 4ª séries foram avaliados. No PNLD/1997 foram inscritos 466 livros didáticos distribuídos entre as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências. Desse total somente 105⁸ títulos foram indicados como as melhores obras didáticas para serem adotadas nas escolas públicas brasileiras. No PNLD/1998 as editoras inscreveram 454 livros didáticos distribuídos entre cartilhas e as disciplinas de Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciência e Matemática. Após avaliação dos pareceristas do MEC, apenas 167 foram considerados livros didáticos de qualidade.

O fruto do trabalho de análise e posterior classificação⁹ destas obras em categorias de acordo com critérios rigorosos¹⁰ foi a produção de guias, nos quais constam todas as obras didáticas aprovadas pelos pareceristas. Constituiu-se, assim, o *Guia de Livros Didáticos*. A primeira edição do guia foi o *Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série*.

⁸ Os dados relativos à elaboração do *Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/1997* foram obtidos na página eletrônica do Ministério da Educação. Para consulta ver: PROJETO de Avaliação de Livros Didáticos de 1ª a 8ª Série. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avalidid.shtm>>. Acesso em: 26 mar. 2004.

⁹ A classificação dos livros didáticos dá-se em três categorias: RD – Recomendadas com Distinção; REC – Recomendadas; e RR – Recomendadas com Ressalvas. “*Recomendadas com Distinção (RD)*: são obras com qualidades inequívocas e bastante próximas do ideal representado pelos princípios e critérios [...] [da avaliação]. Constituem propostas pedagógicas elogiáveis, criativas e instigantes. *Recomendadas (REC)*: são aquelas que cumprem plenamente todos os requisitos de qualidade exigidos neste processo de avaliação. Por isso mesmo, asseguram a possibilidade de um trabalho didático correto e eficaz pelo professor. *Recomendadas com Ressalvas (RR)*: nesta categoria estão reunidas as obras isentas de erros conceituais ou preconceitos, que obedecem aos critérios mínimos de qualidade, mas que contêm algumas limitações. Desse modo, são obras que podem subsidiar um trabalho adequado, desde que o professor esteja atento às observações, consulte bibliografias para revisão e complemente a proposta”. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. **Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série – PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p. 14.

¹⁰ Os critérios estabelecidos para a avaliação estão organizados em *comuns* e *específicos*. Estes dizem respeito às especificidades de cada área do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências e Geografia. Os critérios *comuns* são divididos em *eliminatórios* e *classificatórios*. Para o detalhamento desses critérios, consultar o Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série – PNLD/2004, páginas 24-29.

Obedecendo-se os mesmos procedimentos¹¹, porém com modificações e aprimoramento dos critérios de análise dos livros didáticos, em 1999 foi a vez das obras didáticas destinadas à segunda fase do Ensino Fundamental. Através do PNLD/1999, 438 livros de 5ª a 8ª séries, distribuídos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, foram analisados pelas equipes de pareceristas do MEC.

A partir do PNLD/1998 e PNLD/1999, as avaliações têm seguido a periodicidade trienal, porque os livros didáticos que são incluídos nos guias são distribuídos para o período de três anos. Os guias mais recentes são o Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/2004 e o Guia de Livros Didáticos de 5ª a 8ª séries – PNLD/2005. A intenção do Ministério da Educação é disponibilizar os guias com antecedência para que os professores de todo o Brasil possam fazer a escolha em tempo hábil, e assim permitir aos alunos das escolas públicas – federais, estaduais, municipais – o acesso ao principal instrumento pedagógico na transmissão e problematização do conhecimento.

Todo esse percurso de avaliação que culminou na elaboração dos guias tem um componente importante: o livro didático no Brasil se estabeleceu no processo de ensino e aprendizagem de tal forma que adquiriu centralidade na transmissão do conhecimento para a grande maioria do professorado.

Seu caráter de principal instrumento pedagógico, adquirido historicamente ao longo de muitos anos, fez com que se tornasse objeto de profunda preocupação por parte do MEC. A relevância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem é um dos principais argumentos que justifica seu rigoroso processo avaliatório.

Desde muitos anos – possivelmente meados do século XX – os livros didáticos passaram de ferramenta pedagógica auxiliar para um instrumento pedagógico central¹² na sala de aula: para aprender e ensinar, do livro didático dependem alunos e professores. Foi estabelecida – na maioria absoluta das escolas públicas do nosso país – uma relação de

¹¹ Primeiramente os técnicos do Ministério da Educação publicam o edital do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD para que as editoras inscrevam seus livros didáticos. Depois de inscritos, os livros didáticos são avaliados por equipes de pareceristas contratadas pelo MEC, as quais são constituídas por professores universitários. Os livros didáticos que são indicados pelos pareceristas como adequados para o processo de ensino e aprendizagem irão constar no Guia de Livros Didáticos. Em síntese, esses são os procedimentos adotados pelo MEC para a avaliação dos livros didáticos.

¹² Desenvolvi em outra ocasião algumas reflexões a respeito das condições que permitiram o livro didático se tornar um instrumento pedagógico de relevância no processo de ensino e aprendizagem. Por essa razão não é necessário repeti-las. Portanto, remeto o leitor à monografia AZEVEDO, Edeílson Matias de. **Reflexões**

interdependência entre livro didático, docentes e discentes, interferindo diretamente no ensino. Sem o livro didático nas mãos de professores e alunos, é possível afirmar que o processo de ensino e aprendizagem fica prejudicado.

Para o MEC (pelo menos é o que consta nos guias) o livro didático deve ser considerado como material de apoio. Assim está escrito: “...um material de *apoio didático*¹³ de qualidade faz grande diferença no processo de ensino-aprendizagem.”¹⁴ Essa assertiva é, por completo, verdadeira. O que deve ser questionado é o fato, igualmente verdadeiro em relação à assertiva, de que o livro didático não mais se constitui, definitivamente, num material de apoio. Daí a necessidade de pensarmos juntos e de forma analiticamente profunda a condição de autoridade adquirida pelo livro didático. Para além desse pensar coletivo, fazer a análise de alguns aspectos deste torna-se imprescindível. Minha contribuição nesse esforço intelectual coletivo é sugerir, de maneira singela, e através de exemplos, situações que ofereçam referências para que se possa construir uma relação crítica entre professor, livro didático e alunos.

Acredito que a relação do professor, em qualquer uma das séries do Ensino Fundamental, com o livro didático, considerando inclusive a interdependência aludida acima, deve ser uma relação crítica. O livro didático não é transmissor de uma sabedoria absoluta. Por isso a necessidade dessa relação. A proposta não é olhar a obra didática com desconfiança, até porque ela é o principal instrumento pedagógico que a maioria do professorado possui. É ilusório, já que empiricamente impossível nas atuais circunstâncias, o professor pensar que ele terá condições de produzir seu próprio material didático. A dupla jornada de trabalho – em alguns casos, a tripla jornada – não permite sequer que o professor prepare a aula com outros materiais pedagógicos. Essas são as condições históricas nas quais os professores do Ensino Fundamental e Médio se encontram.

Diante dessas circunstâncias, o livro didático passa a ser o único instrumento pedagógico que o professor utiliza em suas aulas, tornando-se difícil exigir deste a utilização daquele como material de apoio. O risco que se corre com essa situação é o

sobre a temática da **inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries**. 2003. f. 107. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG.

¹³ Grifo meu.

¹⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral, op. cit., p. 9.

professor compreender a obra didática como um manual de instrução do qual não se pode discordar, muito menos tecer certas críticas em relação ao conteúdo.

Nessas circunstâncias, creio na possibilidade de se encontrar alternativas para lidar com o livro didático sem que o professor corra esse risco. Uma das alternativas é reconhecer que o livro didático possui certas limitações, especialmente em relação ao conteúdo.

Muitos temas costumam ser abordados com simploriedade e superficialidade. Costuma também haver muitas lacunas teóricas. Por exemplo, a omissão de informações que podem ser importantes para a compreensão de determinado assunto. Isso é perfeitamente compreensível, pois o autor, ou os autores, dos livros didáticos fazem escolha, selecionam o que julgam mais essencial num tema, e por isso deixam lacunas.

Há que se ter muita atenção no que diz respeito à uniformização de práticas, sejam elas sociais ou culturais, e também em relação à exemplificação. O Brasil é um país diversificado sob muitos aspectos. As práticas culturais, por exemplo, de determinadas localidades nordestinas não podem ser entendidas como sendo os elementos culturais da cultura nordestina.

O tratamento dos povos indígenas brasileiros nos livros didáticos é outro tema sobre o qual se costuma cometer certas uniformizações. A palavra “índio” é vaga, por que também um termo uniformizador. Existem atualmente no Brasil centenas de povos indígenas. Cada um vive à sua maneira, habitando diferentes áreas no território brasileiro. Portanto, é imprescindível criticar as abordagens que apresentem uniformizações de costumes, cultura, organização social, que possam transmitir a compreensão de que índio é tudo igual, como o próprio termo pressupõe. Além dessa questão em particular, apresento outra problemática relacionada à abordagem dos povos indígenas.

Suponha-se que em um livro didático o índio seja tratado como se ele ainda estivesse no século XIV, ou seja, intocável do contato com a civilização “branca”. Cabe ao professor questionar esse tipo de abordagem promovendo discussões que possibilitem aos alunos refletirem sobre a condição atual dos indígenas brasileiros. Essa é uma forma de o professor estabelecer uma relação crítica com seu principal instrumento pedagógico.

Outro ponto, além da uniformização, sobre o qual se deve ficar atento nos livros didáticos é o reducionismo de conceitos. Cidadania é um exemplo importante. Com a

redemocratização política do Brasil, após a ditadura militar, a reivindicação por eleição direta para presidente foi, por inúmeras vezes, identificada com o retorno à cidadania. Portanto, o voto, no *sensu comum*, e em especial nos discursos dos políticos profissionais, adquiriu um peso social significativo, ou seja, costuma-se identificar o ato de votar como o exercício da cidadania. O conceito de cidadania¹⁵ é amplo, não devendo, portanto, ser reduzido a certas práticas sociais e políticas, muitas das quais são um dos meios de se exercê-la. Para que o professor não fique “refém” do livro didático, colocando-se na função simplista de transmissor do conteúdo, faz-se necessário pensar além do conteúdo em si.

A questão indígena e a cidadania foram exemplos utilizados para questionar dois pontos importantes que devem ser observados pelo professor no seu trabalho pedagógico com o livro didático em sala de aula, quais sejam a uniformização e o reducionismo de conceitos. Existem outros pontos igualmente importantes merecedores de atenção nas obras didáticas, entretanto restringir-me-ei às imagens.

Se observados atentamente, ver-se-á que os conteúdos dos livros didáticos, em especial os de história, são demasiadamente ilustrados com imagens. Em muitos livros destinados aos discentes da 1ª a 4ª séries, as imagens são construídas especialmente para o livro. Uma das preocupações que se deve ter é ficar atento se as imagens são abordadas como fonte que permitam a compreensão e problematização do assunto ao qual ela se reporta ou se são apresentadas como meramente ilustrativas.

Tal preocupação se justifica pelo fato de terem se tornado um recurso didático-pedagógico muito utilizado nos livros didáticos. A capacidade de informação das imagens, “há muito tempo [...] percebida por autores de livros didáticos e formuladores de propostas para o ensino de história,”¹⁶ justifica os espaços que elas têm ocupado nas obras didáticas. Quando incorporadas ao texto de modo a contribuir para a compreensão e discussão do assunto ao qual se refere, as ilustrações desempenham função primordial: permitir a

¹⁵ O exercício de uma cidadania plena se efetiva quando, primeiramente os cidadãos são considerados como tais, e não como mercadorias. Em segundo lugar, o conceito de cidadania abrange todas as dimensões da sociedade. Para além dessa abrangência, o acesso à moradia, ao saneamento básico, à água encanada, ao emprego, à saúde, à escola, ao transporte coletivo, o direito à reivindicação de direitos sociais, dentre outros. Sem o acesso a essas condições básicas, pode-se falar em acesso restrito à cidadania, e não em cidadania plena.

¹⁶ LIMA E FONSECA, Thais Nívea de. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: _____; SIMAN, Lana Mara de Castro (Org.). **Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 115.

problematização da história. Se inseridas no texto como recurso que permite apenas descanso visual, recomenda-se alertar os alunos sobre a sua inoportunidade.

No volume *do Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª Séries – PNLD/2004* que contém os de história, observa-se que na apresentação das coleções os pareceristas demonstram preocupação com as ilustrações, além de outras questões conceituais e metodológicas, bem como a noção espaço-temporal. Das 30 coleções de livros didáticos de história indicadas no *Guia de Livros Didáticos da 1ª a 4ª Séries – PNLD/2004*, algumas têm problemas com as ilustrações. Na *Coleção Primeiras Noções de História*, “... no volume da 1ª série há um número excessivo de ilustrações e as atividades estão mais voltadas para desenhos e menos para a construção de textos. Nem todas as ilustrações estão identificadas corretamente e o trabalho com mapas é sucinto.”¹⁷ Na *Coleção Historiar – Fazendo, Contando e Narrando a História* “... são encontrados problemas variados em relação a algumas ilustrações, figuras e representações cartográficas nos livros da 1ª e 2ª séries.”¹⁸ Também na *Coleção História, Imagens & Textos* há problemas: “as ilustrações são diversificadas, embora não sejam utilizadas como fontes problematizadoras e geradoras de conhecimentos.”¹⁹ No livro regional *Interagindo e Percebendo Minas Gerais – História*, “diversas fontes iconográficas [...] servem apenas como ilustração para os assuntos tratados.”²⁰ No livro regional *O Mato Grosso e sua História*, “as ilustrações não são trabalhadas como fontes para a elaboração de conhecimentos novos.”²¹ Essas observações dão uma noção de como

a reflexão sobre as diversas ilustrações dos livros didáticos impõem-se como uma questão importante no ensino das disciplinas escolares pelo papel que elas têm desempenhado no processo pedagógico, surgindo indagações constantes quando se aprofundam as análises educacionais²².

Vê-se que os problemas detectados pelos pareceristas em relação às ilustrações nos livros didáticos, embora não provoquem grandes preocupações, aproximam-se. No geral,

¹⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História. **Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª Séries – PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p. 70.

¹⁸ *Ibid.*, p. 82.

¹⁹ *Ibid.*, p. 86.

²⁰ *Ibid.*, p. 133.

²¹ *Ibid.*, p. 151.

²² BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto. p. 70.

conforme os casos apresentados acima, a imagem apenas ilustra o conteúdo, sem que contribua para a reflexão do aluno.

A imagem não fala por si só. É necessário que o professor haja com um certo grau de perspicácia ao trabalhar/discutir as imagens inseridas nos conteúdos das obras didáticas, tanto no que diz respeito às que foram incorporadas ao texto quanto em relação as que apenas ilustram o conteúdo abordado. Os livros didáticos são ricos em ilustrações, o que pode causar prejuízos, em algumas situações, ao texto. Por essa razão, não devem ser encaradas como substitutas deste. Portanto,

fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante de seus olhos é uma das tarefas urgentes da escola e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias, sem esperar a socialização de suportes tecnológicos mais sofisticados para diferentes escolas e condições de trabalho que enfrenta, considerando a manutenção das enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente²³.

Ainda com respeito às ilustrações nos livros didáticos, é relevante frisar a necessidade de o professor ficar atento às imagens de personagens históricos. A história é tecida num processo conflituoso, do qual participam todos os sujeitos históricos, ou seja, todas as pessoas. Portanto, a história é um processo coletivo. Nesse sentido, a abordagem de imagens como as de D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel, Tiradentes, Duque de Caxias, e tantos outros, tem que ser feita com bastante cuidado. A importância da coletividade não deve ser diluída em face da “proeminência” de determinados sujeitos históricos. O desenrolar da história passa necessariamente por um corpo coletivo. Além disso, é preciso que o professor fique atento quanto à intencionalidade do autor, ou autores, dos livros didáticos na escolha das imagens que acompanham os textos.

Outro objeto de atenção do professor, em especial os de 1ª a 4ª séries, é em relação às datas comemorativas que costumam ser ressaltadas nos livros didáticos. Dia do índio, dia da consciência negra, dia da abolição da escravatura, dia internacional da mulher, dia do trabalhador, e outras datas históricas. São datas que comportam muitas reflexões, e não podem se restringir a um caráter meramente comemorativo. Por exemplo, o dia do índio. O

²³ Ibid., p. 89.

professor deve ficar atento em relação ao livro didático que utiliza. É preciso observar se o 19 de abril é abordado como uma data que homenageia os povos indígenas brasileiros ou se propõe discutir questões como a dizimação dos nativos, a demarcação de reservas indígenas, a preservação das culturas indígenas e o processo de aculturação vivenciado pelos povos indígenas do Brasil.

O dia 20 de novembro, o dia 8 de março, bem como o 1º de maio, são datas que propõem e exigem reflexões acerca de temas de profunda importância social, e por essa razão é primordial que sejam feitas algumas observações. O dia da consciência negra manifesta a preocupação da população negra, ou pelo menos de parte dela, acerca da afirmação cultural e de sua identidade. O dia internacional da mulher é uma data também para se instigar a reflexão, pois as mulheres reafirmam a luta pela igualdade de direitos numa sociedade preponderantemente machista. O dia do trabalhador é um momento em que milhares de trabalhadores saem às ruas para protestarem contra políticas e ações patronais e governamentais que sufocam cada vez mais os direitos trabalhistas, historicamente conseguidos com muitas lutas. Essas observações podem contribuir para que o professor, no seu trabalho em sala de aula com o livro didático, não as trate apenas como momentos simplesmente comemorativos. O ato comemorativo pode ter alguma importância no ensino se tratado com a devida reflexão crítica.

Além disso, ressalta-se que o livro didático, por melhor que seja, não pode ser encarado como uma autoridade em sala de aula. O professor, no processo de ensino e aprendizagem, é a autoridade, cabendo a ele fazer a crítica pertinente e necessária em relação à obra didática. Essa relação crítica exige embasamento por parte do professor. A crítica se torna vazia e improcedente se feita de maneira a desqualificar o livro didático. Por isso, é importante que a formação acadêmica seja sólida.

A análise do livro didático não se encerra nas questões propostas nesse artigo. Até mesmo porque é a realidade dos professores que indicará a necessidade de ser adotado o livro didático que melhor se adequie às condições existentes nas quais o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido. Porém é preciso lembrar que

o livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação e consulta empregadas por professores e alunos. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala

de aula. Considerando essa realidade, é fundamental dispor de um livro didático diversificado e flexível, sensível à variação das formas de organização escolar e dos projetos pedagógicos, assim como às diferentes expectativas e interesses sociais e regionais²⁴.

Mesmo o professor escolhendo um livro didático que proponha atividades diversificadas, e que permita flexibilidade, não se deve esquecer que

o livro didático é apenas um dos instrumentos de apoio ao trabalho. Assim, o melhor dos livros pode ter exercícios e atividades substituídos, alterados ou complementados [...]. Além disso, escolher um bom livro didático não diminui a necessidade de consultar uma bibliografia; ou seja, [...] [o professor] sempre precisará lançar mão de textos complementares, seja para estudar conteúdos, seja para suprir lacunas, completar e ampliar informações²⁵.

Uma das práticas mais recorrentes que são encontradas na sala de aula é o professor se utilizar do livro didático como se ele suprisse toda a necessidade que o processo de ensino e aprendizagem requer. Cada autor, ou autores, de livro didático faz uma seleção do que entende como conteúdos importantes a ser discutido. Nessa seleção alguns conteúdos são mais privilegiados do que outros, e isso é plenamente aceitável, uma vez que os autores têm autonomia para proporem o que deve ser discutido. No entanto, é o professor quem determinará, junto com os seus alunos, o assunto que deve ser mais aprofundado. Cabe ressaltar que o livro didático não tem o papel de determinar o que o professor deve ou não fazer.

Referências bibliográficas:

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária. In: BITTENCOUR, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 28-41. (Coleção Repensando o Ensino).

²⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução geral, op. cit., p. 10.

²⁵ Ibid., p.17.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. p. 190.

AZEVEDO, Edeílson Matias de. **Reflexões sobre a Temática da Inconfidência Mineira nos Livros Didáticos de 5ª a 8ª Séries**, 2003. f. 107. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto. p.11-27.

BOMBA Pedagógica. **Isto É**, São Paulo, n.1396, p. 42, jul. 1996.

COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. p. 159.

LIMA E FONSECA, Thais Nívea de. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: _____.; SIMAN, Lana Mara de Castro (Orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação**: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 91-121.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. **Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p. 9-29.

_____. História. In: **Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p. 32-159.

PROJETO de Avaliação de Livros Didáticos de 1ª a 8ª Série. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avalidid.shtm>>. Acesso em: 26 mar. 2004.